

# Recursos naturais, pensamento estratégico e soberania na América Latina

## Monica Bruckmann

Socióloga e Diretora da Cátedra e Rede UNESCO sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável - REGGEN, presidente da Agência de Informação da América Latina - Alai, [www.alainet.org](http://www.alainet.org) e professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. E-mail: [mbruckmann@terra.com.br](mailto:mbruckmann@terra.com.br)

## Resumo

Nosso estudo mostra a complexidade da estratégia das forças sociais que sofrem diretamente as consequências de uma política de desapropriação de recursos naturais e de territórios, de devastação do meio ambiente, da contaminação das fontes de água doce e bacias hidrográficas e da expulsão de seus próprios territórios. Este processo converteu-se em uma das principais fontes de conflito em um contexto de crescente militarização da região com forte participação do efetivo militar estadunidense.

**Palavras-chave:** Recursos naturais, Pensamento Estratégico, Soberania, América Latina e Caribe, Ciência.

## Abstrat

Our study shows the complexity of this strategy is increasingly strong responses from social forces that directly suffer the consequences of a natural resource expropriation policy and territories, environmental devastation, contamination of freshwater sources and watersheds and the expulsion of their own territories. This process has become a major source of conflict in a context of increasing militarization of the region with strong participation of US military personnel.

**Key words:** Natural resources, Strategic thinking, Sovereignty, Latin America and the Caribbean, Science.

## Resumen

Nuestro estudio muestra la complejidad de esta estrategia es cada vez más fuertes respuestas de las fuerzas sociales que sufren directamente las consecuencias de una política y territorios expropiación de los recursos naturales, la devastación del medio ambiente, la contaminación de fuentes de agua dulce y las cuencas hidrográficas y la expulsión de sus propios territorios. Este proceso se ha convertido en una importante fuente de conflicto en un contexto de creciente militarización de la región con una fuerte participación de personal militar estadounidense.

**Palabras Llaves:** Recursos naturales, el pensamiento estratégico, soberanía, América Latina y el Caribe, Ciencia.

América Latina, e particularmente América do Sul, vive importantes processos de integração regional que buscam promover uma integração a longo prazo e de caráter multidimensional: econômico, político, cultural, educacional, de infraestrutura, etc. Neste contexto, retoma-se o debate sobre o desenvolvimento, não só no âmbito nacional mas como projeto regional. A discussão sobre temas chave como soberania, recursos naturais e hidroenergéticos, preservação da biodiversidade e os recursos biogenéticos, a Amazônia como área de preservação e de disputa, se colocam no centro do debate político.

A luta pela soberania dos recursos naturais e o surgimento de uma nova consciência ecológica converteram-se em elementos profundamente mobilizadores e dinamizadores dos processos sociais e políticos em nosso continente. O surgimento de novas visões teóricas e novas práticas políticas produzem também uma nova concepção de integração regional, encarando-a como um processo mais profundo, que coloca como elemento central o princípio da soberania como direito dos Estados e dos povos ao gerenciamento de seus territórios e dos recursos naturais que estes abrigam.

No âmbito econômico, busca-se ir além da visão comercial como eixo central da integração para propor políticas comuns de desenvolvimento regional e de intervenção econômica internacional. O caso da Organização de Países Exportadores de Petróleo - OPEP, que iniciou um processo de rearticulação e recuperação de sua influência a nível global a partir da liderança política venezuelana, é um bom exemplo nesta direção. Desta maneira configura-se uma agenda que exige mudanças teóricas muito profundas e a elaboração de uma visão estratégica regional para se viabilizar.

### **Uma estratégia sul-americana para a gestão soberana de seus recursos naturais**

Em 30 de novembro de 2012, a VI Reunião de Cúpula de Chefas e Chefes de Estado da UNASUL aprovou o que pode ser uma das medidas mais importantes dos últimos tempos em nossa região: a elaboração de uma estratégia regional orientada ao pleno aproveitamento dos recursos naturais para o desenvolvimento integral da América do Sul.

Os dados mostram que a América do Sul possui importantes reservas de recursos naturais considerados estratégicos: minerais fósseis (representa a segunda maior reserva de petróleo a nível mundial); minerais não fósseis (possui 96% das reservas mundiais de lítio, 98% de nióbio, 44% de cobre, etc.); importantes fontes de água doce (aproximadamente 30% das reservas mundiais); grande concentração de diversidade biológica, ecossistemas e florestas, bem como todas as fontes primárias de energia. Uma estratégia para o aproveitamento dos recursos naturais para o desenvolvimento pleno da região significa ter em conta quatro eixos:

a. A gestão econômica: a crescente demanda da economia mundial em relação a recursos naturais, cujas principais reservas estão na América do Sul, indica que a região possui condições de melhorar enormemente os termos de intercâmbio e negociação das matérias-primas que produz e ao mesmo tempo desenvolver políticas de industrialização das mesmas. A região tem a oportunidade histórica de deixar de ser exportador de matérias-primas de baixo ou nenhum valor agregado e avançar para o desenvolvimento de políticas regionais de industrialização que busquem aproveitar as complementaridades econômicas existentes para atender



Mineração na Colômbia /<http://www.olca. Cl/articulo/nota.php?id=105480>

as demandas do mercado interno, promover o comércio intra-regional e agregar valor às exportações extrarregionais. Isto significa desenvolver matrizes industriais de grande envergadura que precisarão de instrumentos capazes de viabilizá-las, como o Banco do Sul, que garanta a base financeira; a elaboração de uma tabela regional de insumo-produto como instrumento de planejamento e gestão; a criação de uma infraestrutura viária e de comunicações para integrar os centros de extração, produção, industrialização e consumo; o desenvolvimento de projetos energéticos articulados aos projetos industriais; etc. A gestão econômica soberana dos recursos naturais significa colocar como prioridade o desenvolvimento regional, aproveitando as reservas e excedentes financeiros para agregar valor às matérias-primas que a região produz e atender a expansão do mercado interno sul-americano. Significa também identificar matrizes industriais a partir da posição estratégica que a região tem em relação a reservas importantes de um conjunto de recursos naturais fundamentais para a economia mundial e seus ciclos de inovação tecnológica;

b. A gestão científica: Como consequência do anterior e como sustento de qualquer política industrial é indispensável que a região avance para uma apropriação da gestão científica de seus recursos naturais, que significa não só a capacidade de estabelecer alianças estratégicas que permitam transferência tecnológica, mas também desenvolver pesquisa científica de ponta e inovação tecnológica em setores considerados estratégicos. Ao mesmo tempo, é necessário elaborar instrumentos teórico-metodológicos capazes de estudar os ciclos de inovação tecnológica da economia mundial a partir do uso intensivo de recursos minerais fósseis e não fósseis, que permitam uma análise prospectiva, indispensável como instrumento de planejamento e de gestão destes recursos, para estabelecer políticas e taxas de extração e exploração dos mesmos, desenvolver políticas regionais de industrialização, etc.;

c. A gestão social: Grande parte dos conflitos sociais e ambientais na região estão relacionados à atividade extrativa e à mineração. Segundo dados da CEPAL (BACENZA, 2012), 35% dos conflitos na América Latina e no Caribe estão relacionados à mineração de ouro, 23% à mineração de cobre e 15% à de prata. Faz-se indispensável uma política regional para reduzir drasticamente as tensões sociais geradas por uma atividade extrativa irracional que, além do impacto devastador ao meio ambiente, tem a capacidade de expulsar populações locais dos territórios onde estas vivem, que são os mesmos que possuem reservas importantes de recursos naturais estratégicos. Estas populações, em sua maioria indígenas e camponesas, são também privadas dos meios de subsistência econômica. É necessário criar, pôr em prática e aperfeiçoar mecanismos de consulta às populações locais em relação à gestão dos recursos naturais localizados em seus territórios;

d. A gestão ambiental: É necessário diminuir, ao nível mínimo possível, o impacto ambiental causado pela mineração e pelo chamado extrativismo, bem como criar mecanismos de compensação e recuperação do impacto ambiental causado. Se é fato que toda intervenção na natureza produz, inevitavelmente, um impacto ambiental, está claro que através do desenvolvimento de novas tecnologias é possível reduzir consideravelmente o impacto ambiental da atividade mineira.

O documento que sustenta a necessidade de uma estratégia regional para o aproveitamento dos recursos naturais, elaborada pela Secretaria Geral da UNASUL e apresentada à VI Cimeira de Chefes e Chefes de Estado da União coloca a necessidade de desenvolver uma visão comum das forças e objetivos, uma estratégia e um plano coerente para materializá-los, que permitam à região aproveitar as potencialidades que representam as enormes reservas de recursos naturais e humanos alojados na América do Sul. O documento faz um chamado a identificar pontos comuns, independentemente de regimes e políticas nacionais dos países da UNASUL, para desenvolver uma estratégia regional que tenha em conta os seguintes elementos:

1. A região tem condições reais de obter enormes benefícios através de uma política comum baseada no cumprimento do princípio já estabelecido pelas Nações Unidas em 1962 (Resolução 1803) sobre a propriedade soberana e permanente dos Estados sobre seus recursos naturais.
2. É indispensável desenvolver políticas regionais de industrialização dos recursos naturais, mediante a criação de empresas regionais orientadas a agregar valor às matérias-primas e superar o chamado “extrativismo”. Isto permitirá a criação de fontes de trabalho estável e de qualidade, como meio eficaz para combater a miséria e a pobreza e promover o desenvolvimento social de toda a região.
3. Empreender políticas comuns para o desenvolvimento da ciência e inovação tecnológica como meio eficaz para minimizar o impacto ambiental da atividade extrativa, assim como para elevar a produtividade nas diferentes atividades de transformação e industrialização dos recursos naturais. Promover a criação de grandes centros de pesquisa e inovação científica e tecnológica que deem respostas aos desafios propostos por um projeto desta magnitude.
4. Desenvolver um conjunto de meios e ações que permitam minimizar o impacto ambiental e social das atividades extrativas, de transformação e transporte, bem

como garantir o melhor aproveitamento econômico e social, para superar a pobreza e a miséria, garantir a estabilidade política e manter a paz existente na região.

5. Desenvolver uma nova arquitetura financeira regional para atender as demandas dos projetos extrativos, industriais e tecnológicos, priorizando a materialização do Banco do Sul como instrumento fundamental.
6. Formar recursos humanos para a materialização da estratégia proposta.
7. Aproveitar as potencialidades do mercado interno regional a partir de quatro princípios elementares: complementação econômica, cooperação, solidariedade e respeito à soberania dos Estados membros. Desenvolver o comércio compensado<sup>1</sup> como um dos meios para superar as assimetrias existentes entre os países da região.

### **Recursos naturais, ciência e inovação tecnológica**

Uma das características mais marcantes de nosso tempo é a crescente importância dos recursos naturais em função de sua utilização, a partir dos avanços científicos e tecnológicos, produto de um conhecimento cada vez mais profundo da matéria, da natureza e da vida. Ao mesmo tempo, estes avanços científicos convertem a natureza em um campo de sua própria aplicação. Desta forma, a relação entre recursos naturais e desenvolvimento científico adquire uma articulação cada vez maior.

A apropriação da natureza não está referida unicamente à apropriação de matérias-primas, *commodities*, minerais estratégicos, água doce, etc., mas também à capacidade de produzir conhecimento e desenvolvimento científico e tecnológico a partir de um maior entendimento da matéria, da vida, dos ecossistemas e da biogenética. As novas ciências, que alcançaram enormes avanços durante as últimas décadas, são produto deste conhecimento crescente da natureza e do cosmos. No entanto, muitas delas estão ainda em seu início. Espera-se, durante os próximos anos, que as pesquisas em marcha produzam resultados científicos de grande envergadura, capazes, inclusive, de mudar radicalmente a sociedade humana e sua civilização. Estamos frente à perspectiva não só de transformações profundas da natureza, mas da iminente criação de novas formas de vida no planeta<sup>2</sup>.

Este processo não pode ser entendido, em sua dinâmica mais complexa, fora das estruturas de poder econômico e político a nível mundial, regional e local. O desenvolvimento tecnológico está condicionado e manipulado por estas estruturas de poder, que politizam a natureza em função de seus objetivos. A enorme acumulação histórica de conhecimento converte-se em um instrumento de dominação extremamente poderoso.

O sistema mundial, baseado na divisão internacional do trabalho entre as zonas industriais e manufatureiras e os países produtores de matérias-primas, minerais estratégicos e produtos agrícolas, consolidou o poder hegemônico dos países centrais e seu domínio em relação às zonas periféricas ou dependentes e os espaços econômi-

<sup>1</sup> Comércio que vincula importações de um país com as compras de seus produtos por parte de outro.

<sup>2</sup> A criação de uma nova bactéria sintética, anunciada em maio de 2010 pelo cientista Craig Venter, abre uma nova era na pesquisa científica sobre genoma e a capacidade da ciência de criar artificialmente novos microorganismos para os fins mais diversos.

cos que ocuparam uma posição de semiperiferia. Assim, a elaboração industrial das matérias-primas que os países periféricos exportavam tendeu a ser a menor possível, consolidando e ampliando a dependência econômica, mas também a dependência científica e tecnológica destas regiões (SANTOS, 2002).

O processo de “destruição criadora” ao qual se referia Joseph Schumpeter (1961), entendido como a capacidade intrínseca do capitalismo para criar novas estruturas tecnológicas e econômicas destruindo as antigas, ao mesmo tempo em que produziu avanços científicos e tecnológicos sem precedentes na história da humanidade, produziu também ameaças sem precedentes de destruir o próprio planeta e a civilização humana. Assim, a grande capacidade criadora do capitalismo encontra seus limites na ameaça de sua própria destruição.

Isto leva a uma necessidade vital de redefinição da relação homem-natureza, que se expressa em uma nova visão do mundo e do uso e gestão de seus recursos naturais, ao mesmo tempo em que recupera uma visão humanista que coloca como principal objetivo econômico e social o pleno desenvolvimento do ser humano.

Na América Latina este processo está em marcha, a partir de forças sociais e políticas profundamente comprometidas com a preservação da natureza e o uso de seus recursos a partir dos interesses e necessidades dos povos, postura que corresponde a uma visão civilizatória dos povos originários do continente.

O movimento indígena latino-americano constituiu-se em uma das forças sociais mais ativas e mobilizadoras na luta pela defesa da “mãe terra” ou “pacha mama”<sup>3</sup>, a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais. A Conferência dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, realizada em Cochabamba – Bolívia, em abril de 2010, assim o demonstra. Após os escassos resultados da 15ª Reunião de Cúpula das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, em Copenhague, no final de 2009, que não conseguiu chegar a nenhum acordo sério sobre a redução de gases de efeito estufa no mundo, nem em relação ao futuro do protocolo de Kyoto, a convocação do presidente Evo Morales conseguiu mobilizar mais de 30 mil ativistas, ambientalistas, membros de movimentos sociais, líderes sociais e políticos e intelectuais do mundo, que se reuniram na cidade de Tiquipaya para discutir não só os efeitos da mudança climática, mas também suas causas.

A partir da cosmovisão e da práxis indígena, a preservação do meio ambiente corresponde a uma postura civilizatória, que se expressa em uma visão do mundo e uma forma particular de viver nele. Esta cosmovisão coloca como princípio fundamental o cuidado e a conservação da “mãe terra”, do espaço onde, como eles dizem, “nossos filhos crescem e podem ser felizes”. Nesta perspectiva, defender a preservação da terra e da natureza significa defender a própria vida e o direito à felicidade.

As constituições plurinacionais na América do Sul representam os casos mais avançados de redefinição do papel da natureza, do meio ambiente e dos recursos naturais no desenvolvimento social e econômico dos países que assumiram este modelo constitucional e que se expressam em uma refundação do Estado. As constituições plurinacionais do Equador e da Bolívia propõem um novo marco legal que coloca a natureza como sujeito de direitos, representados por qualquer cidadão que considere que estes estão sendo danificados.

---

<sup>3</sup> Significa em quechua “madre tierra”.

O significado do “bem viver” transcende a visão econômica da terra como meio de produção, para colocá-la no lugar do espaço territorial onde a vida ocorre, onde se entrelaçam a memória coletiva dos povos e a história das civilizações originárias, cujo longo processo ainda continua marcando a vida cotidiana das comunidades indígenas e camponesas da América Latina. Assim, se estabelece uma relação profunda entre a comunidade e a terra, entre o homem e a natureza, respaldada pelas constituições do Equador e da Bolívia, quando reconhecem a integralidade do território indígena e o direito ao uso e aproveitamento dos recursos naturais destes territórios, bem como o direito à consulta e participação dos povos indígenas no gerenciamento da exploração dos recursos naturais.

Este marco legal cria condições para construir mecanismos de gestão social dos recursos naturais, o que seguramente permitirá também reduzir enormemente a tensão criada pelas práticas de violência e expulsão das populações locais, geralmente indígenas, dos territórios produtores de recursos naturais. Estes conflitos adquirem uma dimensão cada vez mais violenta, em um processo onde a disputa pelos recursos naturais se apoia cada vez mais em uma política de militarização dos territórios.

### **Ciclos tecnológicos e recursos naturais: uma discussão estratégica**

Uma análise teórica dos ciclos de inovação tecnológica em relação aos ciclos econômicos, orientada a desenvolver uma compreensão mais profunda da dinâmica científico-tecnológica no capitalismo contemporâneo, oferece-nos chaves importantes para entender a real dimensão dos recursos naturais e a gestão da natureza neste processo. Desta maneira, os recursos naturais deixam de se apresentar sob a forma única de *commodities* na análise econômica, para assumir um papel bem mais amplo.

O conhecimento crescente dos recursos naturais, da matéria, da vida e da natureza em seu conjunto não apenas implica grandes avanços científicos e tecnológicos, elevação drástica da produtividade do trabalho e uma crescente capacidade de acumulação de capital (concentração, centralização e estatização), mas nos coloca frente a um problema essencialmente político: a sustentabilidade do planeta face à insustentabilidade do capitalismo contemporâneo, suas formas de acumulação e seus limites para superar a anarquia do mercado e para gerenciar o desenvolvimento das forças produtivas a nível planetário.

A expansão das multinacionais, transnacionais e empresas globais conduzem a desequilíbrios crescentes que desarticulam a economia mundial. O mesmo capitalismo que é capaz de produzir forças colossais de criação e inovação precisa destruir dramaticamente aquilo que produz e a própria base natural em que produz para garantir o processo de acumulação. Esta questão nos coloca frente a outro dilema, a necessidade de pensar os ciclos de inovação científico-tecnológica e os ciclos econômicos em relação ao uso, transformação, apropriação e consumo dos recursos naturais. A forma em que esta relação se encaminhe representa uma questão estratégica para a civilização humana mundial e para as nações que a conformam. Certamente, trata-se de uma confrontação entre dois modelos de desenvolvimento, um baseado no planejamento e uso sustentável dos recursos naturais orientado a atender as necessidades da maioria dos atores sociais, e o outro baseado na explo-



Mapa da Amazônia. Fonte: <http://www.areasverdesdascidades.com.br/2003/11/a-floresta-amazonica.html>

ração e expropriação violenta e militarizada destes recursos e das forças sociais e povos que os possuem.

### **A financeirização dos recursos naturais**

A análise econômica e política dos recursos naturais nos conduz, inevitavelmente, a uma questão central do capitalismo contemporâneo: a sustentabilidade do meio ambiente, da natureza e, no final das contas, a viabilidade do planeta. A ecologia econômica crítica vem chamando a atenção enfaticamente sobre o caráter insustentável do modo de produção e de consumo atual.

A “capitalização da natureza” não só expressa sua mercantilização, mas cria um novo campo de acumulação e de valorização que se nutre da destruição acelerada dos recursos naturais que, através de um certo “direito a contaminar”, provocam danos irreversíveis à biosfera. A teoria neoclássica já sustentava a transformação da natureza em “capital natural”, através da criação de direitos de propriedade privada que oferece a seus detentores garantia de uma renda combinada com uma mais-valia em capital (SERFATI apud CORREA, 2010, pp. 25-58).

Durante as últimas décadas, as matérias-primas e recursos alimentícios – chamados *commodities* – converteram-se em um tipo de ativo financeiro. Este processo de conversão está composto de três elementos: 1. Os mercados das *commodities* converteram-se em uma esfera de investimento para o setor financeiro em busca de lucros elevados após

o desaparecimento da bolha da internet, atraídos pela promessa de lucros elevados e rápidos, assim como pela diversificação das carteiras. Para as instituições financeiras não bancárias, as *commodities* desempenharam um papel similar ao do setor imobiliário para os bancos; 2. A integração dos mercados de *commodities*, como componente dos mercados financeiros, facilitada pela criação de veículos de investimento destinados à especulação, como os chamados “mercados futuros”. Estes reforçaram a passagem entre os mercados de *commodities* e os mercados acionários; 3. A forte atração exercida pelos mercados de *commodities* sobre os investidores financeiros esteve estimulada pela desregulamentação deste setor.

Claude Serfati nos oferece uma definição bastante precisa do sistema financeiro globalizado, que é interessante resgatar para analisar, de maneira mais precisa, a nova dinâmica dos recursos naturais na economia mundial contemporânea:

*“Entendemos por sistema financeiro globalizado o conjunto de instituições e de atores que criam, centralizam e trocam ativos financeiros, e cujo funcionamento está organizado sobre a base de fortes interdependências. O sistema financeiro globalizado adquiriu progressivamente um lugar central na organização da economia mundial, além disso, cobrou uma influência determinante nos processos de acumulação de capital, nas trajetórias tecnológicas e nas relações da economia com a natureza” (Ibid).*

Em relação à gestão econômica das *commodities*, o autor define três categorias de atores econômicos: os *arbitrageurs* e *hedgers*, diretamente interessados na aquisição ou na venda de produtos físicos; os especuladores “tradicionais” que tomam, em geral, uma posição de risco que os *arbitrageurs* rechaçam; e os “especuladores de índice” (fundos de pensão, fundos especulativos, companhias de seguros, bancos, etc.) que não têm nenhum interesse pelo produto físico, mas exclusivamente pelos benefícios potenciais. Razão pela qual estes últimos adotam, geralmente, posição de comprador e especulam sobre uma alta em curso, alimentando desta maneira uma alta permanente. A participação destes “especuladores de índice” no mercado de futuros não deixa de crescer: passou de 7% em 1998 a 40% em 2008. Enquanto no mesmo período, os *arbitrageurs* passaram de 79% a 34% e os “especuladores tradicionais” passaram de 14% para 26%. Isto é, 66% do mercado de futuros de *commodities* estão nas mãos de especuladores tradicionais e financeiros. O autor sustenta que a lógica especulativa que se impôs no mercado de *commodities* foi responsável pelo aumento dos preços dos bens alimentícios e de matérias-primas que se produziu entre 2005 e julho de 2008.

A lógica financeira que domina os mercados de *commodities* é diretamente responsável pelo aumento fictício dos preços dos bens de alimentação e das matérias-primas registrado entre 2005 e 2008. Ao contrário do que mostram os manuais de economia, são os preços de futuros os que definem os preços correntes das *commodities* e não o inverso (Ibid.).

### **Pensamento estratégico sul-americano**

A disputa global pelos recursos naturais e sua gestão econômica e científica, abre um amplo campo de interesses em conflito na região, evidenciando, pelo menos, dois projetos em choque: a afirmação da soberania como base para o desenvolvimento nacional e integração regional e a reorganização dos interesses hegemônicos dos

Estados Unidos no continente que encontra nos tratados bilaterais de livre comércio um de seus principais instrumentos para debilitar o primeiro.

Este processo não pode ser entendido fora de um contexto de redefinição das estruturas de poder hegemônico mundial. A emergência de novas potências indica a constituição de um mundo multipolar, que coloca novos desafios, tornando evidente a necessidade de superar a visão eurocêntrica e seu modelo de civilização para avançar para a constituição de uma civilização planetária.

O projeto de reorganização da hegemonia estadunidense na América Latina é parte de um processo complexo de dominação que assume múltiplas dimensões e que busca garantir seus “interesses vitais” colocando o acesso, a apropriação e a gestão dos recursos naturais como questões de segurança nacional. Este projeto de reorganização hegemônica está sustentado em um pensamento estratégico que se manifesta nos diferentes níveis do governo e do Estado e que orienta a política externa dos Estados Unidos e as ações de suas agências nacionais em todos os níveis. Trata-se, portanto, de uma estratégia de dominação multidimensional que tem desdobramentos econômicos, políticos e militares.

Nosso estudo mostra a complexidade desta estratégia que encontra respostas cada vez mais enérgicas a partir de forças sociais que sofrem diretamente as consequências de uma política de desapropriação de recursos naturais e de territórios, de devastação do meio ambiente, da contaminação das fontes de água doce e bacias hidrográficas e da expulsão de seus próprios territórios. Este processo converteu-se em uma das principais fontes de conflito em um contexto de crescente militarização da região com forte participação do efetivo militar estadunidense.

À cada pensamento hegemônico se opõe um pensamento contra-hegemônico. Frente ao pensamento estratégico analisado linhas acima, a América Latina precisa também desenvolver um pensamento estratégico que seja capaz de articular uma política científica e tecnológica como base não para a apropriação dos recursos naturais de outras regiões, mas para defender a soberania de suas próprias riquezas naturais. Talvez seja este um dos principais desafios dos projetos de integração regional em curso.

Sem o desenvolvimento de um pensamento estratégico que se afirme no princípio da soberania e em uma visão de futuro a longo prazo, os países latino-americanos e a comunidade de países em processo de integração têm menos condições de fazer frente às enormes pressões geradas por esta situação de disputa, onde está em jogo, em última instância, a capacidade de reorganização de projetos hegemônicos e a emergência de projetos contra-hegemônicos. É claro que este conflito de interesses tem como pano de fundo visões de sociedade e projetos civilizatórios em choque.

## **Bibliografia**

BÁRCENA, Alicia. *Gobernanza de los recursos naturales em América Latina y El Caribe*. Santiago/Chile: Nações Unidas/CEPAL, 2012.

CORREA, Eugenia et alli. *Capitalismo: Recuperación? Descomposición?* Porrúa, Mexico, 2010.

SANTOS, Theotonio dos. A politização da natureza e o imperativo tecnológico. *GREMIT*, Série 1, nº 7, 2002, 7 pp.

SHUMPETER, Joseph. *Socialismo, capitalismo e democracia*. Trad. Ruy Jungmann. Rio: Fundo de Cultura, 1961.